

O TRABALHO PT

Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores - Seção Brasileira da 4ª Internacional

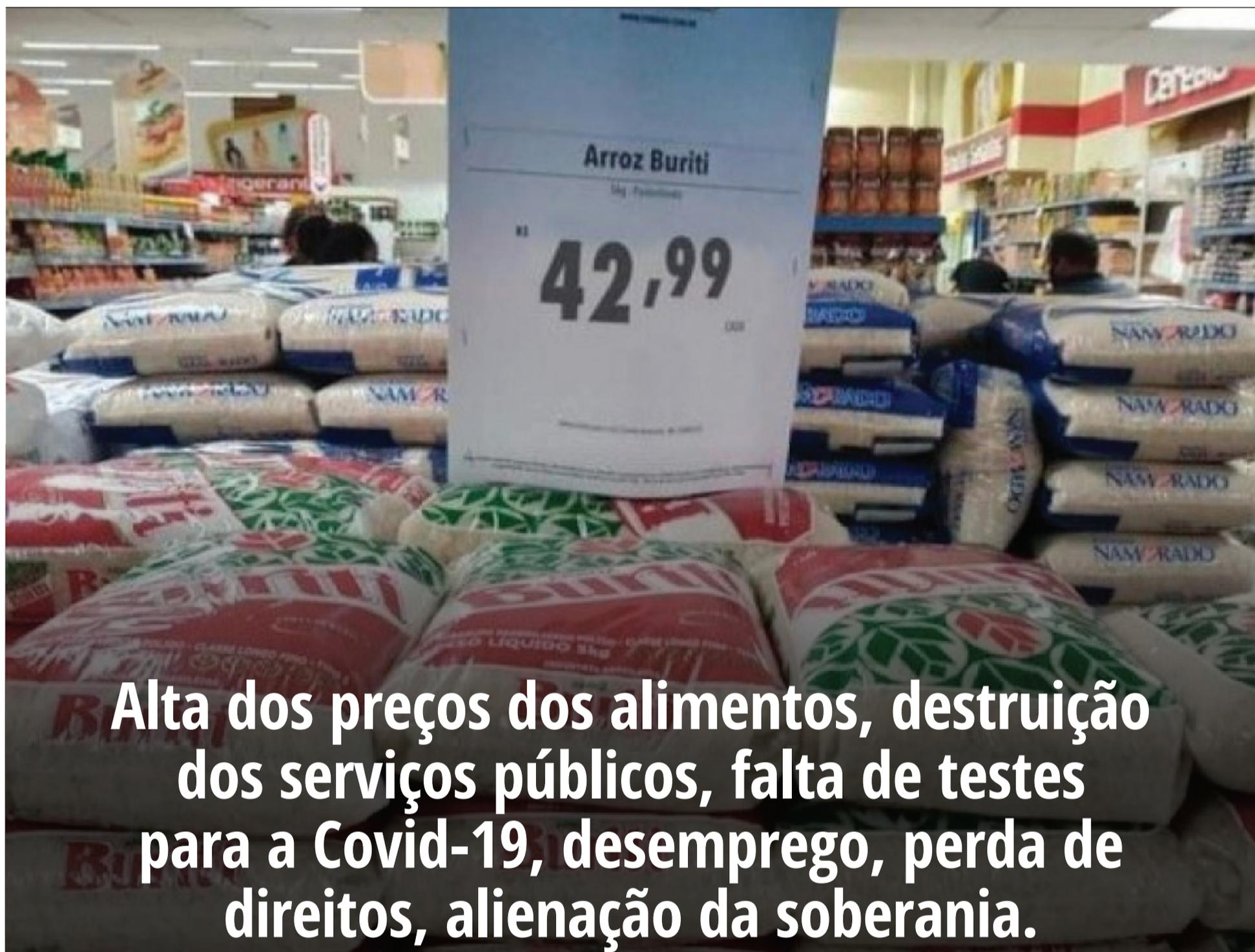
www.otrabalho.org.br

R\$ 5,00

nº 874

-

de 10 a 24 setembro de 2020



Alta dos preços dos alimentos, destruição dos serviços públicos, falta de testes para a Covid-19, desemprego, perda de direitos, alienação da soberania.

**FRENTE À ONDA DE
ATAQUES, JUNTOS, COM
O PT E CUT, É URGENTE
UMA RESPOSTA**

JR do PT discute e se mobiliza

Com debates, atos e colagens, os núcleos preparam a Plenária Nacional

A Juventude Revolução do PT entra na última etapa da preparação de sua plenária nacional (19 e 20 de setembro). Reuniões de núcleos em vários estados mobilizam lutas com jovens, resistindo contra o governo genocida e autoritário de Bolsonaro, e elegem delegados para participar da plenária.

Jovens querem respirar, mas Bolsonaro tenta sufocar. Nos diversos debates já realizados, aparecem relatos dos ataques do governo - como



corte de verbas na educação, ensino remoto, a violência da polícia militarizada contra jovens negros etc. Os ataques do capitalismo e seus governos fazem crescer a raiva que se acumula em amplos setores da juventude que não aceitam morrer e são empurrados a lutar. Um sentimento que se vê quando

estudantes fazem atos nas escolas e secretarias de educação exigindo condições seguras para volta às aulas presenciais, como ocorreram no

Amazonas e Rio Grande do Sul. Uma exigência a qual destaca a cobrança da realização de testagem em toda comunidade escolar. São reivindicações necessárias para poder estudar, trabalhar e curtir com segurança.

As eleições 2020 em discussão

Os núcleos da JRdoPT também colocaram na pauta as eleições municipais e se dirigem aos pré-candidatos do PT levantando suas demandas.

Em Juiz de Fora (MG), por exemplo, o núcleo propôs à pré-candidata do PT à prefeitura, Margarida Salomão, abraçar a revitalização de praças esportivas como as pistas de skate e ampliar o acesso de transporte público dos bairros periféricos

à universidade. Em Cuiabá (MT), o núcleo pautou a necessidade de estacionar o transporte público e o serviço de distribuição de água.

Ainda dá para participar

Nas reuniões, discutir as questões que estão pegando na vida do jovem e associar a isto a luta pelo fim desse governo.

Nas reuniões, discutir as questões que estão pegando na vida do jovem e associar a isto a luta pelo fim desse governo.

Katrina

Redução das mensalidades, não às demissões

Estudantes, funcionários e professores: é luta conjunta nas universidades privadas

No dia 10 de agosto, a Juventude Revolução do PT ajudou a organizar um ato simbólico contra a demissão dos professores e pela redução das mensalidades na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), no Rio Grande do Sul. O ato aconteceu após a Unisinos demitir dezenas de funcionários, terceirizados e professores, alegando que, devido à situação atual, a universidade havia implementado uma política de "redução de gastos" e que as demissões dos trabalhadores são

a solução para a "saúde econômica e financeira".

O que acontece na Unisinos não é exceção: as demissões aumentaram durante a pandemia. Só nas universidades privadas da região metropolitana do RS, somam-se aproximadamente 300 dispensas de professores.

Em todo o Brasil, as universidades privadas têm lucrado muito. Os empresários argumentam que a crise financeira não permite reduzir as mensalidades para os estudantes. No entanto, diminuíram-se as despesas

de estrutura (luz, água, etc.), uma vez que os campi não estão sendo frequentados pelos alunos. Os tubarões do ensino se aproveitam da MP 936 para demitir funcionários e precarizam o ensino investindo no EAD, tudo legitimado pelo MEC de Bolsonaro.

O problema é que com as mensalidades mantidas no valor da modalidade presencial, milhares de estudantes tem evadido, abrindo mão do sonho do ensino superior, por não terem condições financeiras de

continuar cursando. A luta dos estudantes pela redução das mensalidades nas universidades privadas não se opõe a legítima luta pela manutenção dos empregos e salários integrais de professores e funcionários. O que se faz ao tentar opor essas lutas é jogar professor e funcionário contra estudante, para no final manter o lucro cada vez maior acima de qualquer outra coisa, deixando os trabalhadores e a juventude, para pagarem a conta.

Márcia

Governo cria constrangimentos para o aborto legal

Portaria do Ministério da Saúde expõe vítimas de estupro a novas violências

A resposta do governo Bolsonaro ao fato de que foi garantido o direito ao aborto legal à menina de 10 anos estuprada pelo tio no Espírito Santo foi, onze dias depois, "regulamentar" o procedimento - na verdade, criar formas de impedir o direito a meninas e mulheres e expor as vítimas de estupro a novas violências.

O Ministério da Saúde publicou no dia 27 de agosto a portaria nº 2.282, que pretende mudar o procedimento no SUS para "Justificação e Autorização" da interrupção da gravidez no caso de ser decorrente de estupro.

Intimidações inaceitáveis

O Ministério quer que as vítimas passem por novos traumas. Primeiro, retira sua autonomia ao determinar que a equipe médica deverá

comunicar o caso à autoridade policial, independentemente da vontade da vítima de registrar queixa ou identificar o agressor.

Também quer obrigar meninas e mulheres a reviverem reiteradamente a agressão, tendo de se submeter a um termo de consentimento no qual terão de relatar, com pormenores, a violência sexual sofrida.

Mas a portaria vai além. Determina que a equipe médica informe à menina ou mulher - já fragilizada pela violência sexual, pela existência da gravidez e pela perspectiva de passar pelo procedimento de aborto - que ela pode ver o feto ou embrião através de um ultrassom. E a gestante será informada da previsão legal dos crimes de aborto e falsidade ideológica, caso não se comprove que ela foi vítima de violência sexual e/ou estupro.

Está claro que o objetivo é fazer com que essas meninas ou mulheres se sintam intimidadas, constrangidas e inseguras e desistam do procedimento, no momento em que deveriam ser acolhidas pelo sistema de saúde com solidariedade e protocolos humanizados.

A Secretaria Nacional de Mulheres do PT disse que "tal medida, além de dificultar a denúncia de violência e a busca dos serviços médico-hospitalar, também causa profundo constrangimento e revitimização para as meninas e mulheres sobreviventes de violência sexual. Deste modo, a Portaria nº 2.282 promove uma violência do Estado para com os direitos, a saúde mental e os corpos dessas meninas e mulheres. Além disso, ao anular a Portaria 1.508/2005 - GM/MS, viola o direito ao sigilo e privacidade."

Agora, no Congresso Nacional, um Projeto de Decreto Legislativo (nº 381/20) assinado por deputadas do PCdoB, PT e PSOL pretende sustar os efeitos da portaria.

Enquanto são registrados por ano uma média de 2190 abortos legais em meninas de 10 a 14 anos, também é registrada uma média anual de 26 mil partos nos quais as mães estão na mesma faixa etária (dados do SUS). Isso num país no qual foram registrados 35 mil estupros em meninas de até 3 anos em um único ano.

"O Brasil já é o pior país da América do Sul para ser menina e essa ação de governo aprofunda ainda mais as violências e violações de direitos perpetradas contra nossas crianças", conclui a nota da Secretaria Nacional de Mulheres do PT.

Priscilla Chandretti

A destruição acelerada exige resposta

A forte alta nos preços de alimentos básicos - arroz, feijão, carne, leite e óleo - é mais um martírio imposto ao povo que já sofria a deterioração das condições de vida e trabalho, sob Temer e agora Bolsonaro, deterioração agravada pela pandemia e pelo uso que dela faz o governo para "passar a boiada".

Os preços dos alimentos sobem e o governo anuncia que cortará pela metade o auxílio emergencial.

Não é só menos comida na mesa das famílias trabalhadoras o que o governo oferece. É menos tudo!

Menos serviços públicos. O orçamento para 2021 retirou recursos da Saúde e Educação. Agora o governo encaminhou ao Congresso a proposta de Reforma Administrativa, um plano de ataque aos servidores e de desmantelamento dos serviços públicos.

Menos políticas sociais. Num país onde a questão do campo é crucial, para 2021 foram limados 90% dos recursos do Inca para assentamentos, e elevados os recursos para indenização judicial de fazendeiros que tiverem terras desapropriadas!

Menos Estado. A proposta de privatização desenfreada pretendida pelo governo (Caixa, Banco do Brasil, Eletrobrás, Petrobrás, Correios...), vai retirar a capacidade do Estado de agir em benefício da população.

O que já está ruim, como a falta de

distribuição de teste para a Covid-19 por incapacidade do Ministério da Saúde de adquirir insumos, vai piorar.

Menos empregos. Mais da metade da população economicamente ativa está desocupada. E as empresas, nacionais e multinacionais, não cessam de anunciar demissões, e nenhuma medida para coibir o aumento do desemprego é, sequer, balbuciada.

Menos soberania. À negligência e mesmo incentivo do governo diante do processo de destruição dos recursos naturais - como o que ocorre na Amazônia e Pantanal - soma-se seu

LUTAR POR UM CONJUNTO DE MEDIDAS EMERGENCIAIS

apetite para entregar a exploração das riquezas naturais a empresas estrangeiras.

O quadro, atual e o que se avizinha, é dramático, mas não é inexorável. É preciso reagir e impedir que se consuma a tragédia, o quanto antes, em benefício do país e seu povo. É possível? Se olharmos a resistência dos trabalhadores, diretamente atingidos, sim é possível reagir, à condição que as organizações dos trabalhadores ocupem seu lugar, tirando cada resistência local do

isolamento. Por exemplo, a greve nacional dos trabalhadores dos Correios que já dura quatro semanas, não teve ainda a solidariedade necessária.

Bem falou Lula em seu discurso no 7 de setembro "Decidi me concentrar, ao lado de vocês, na reconstrução do Brasil como Nação independente, com instituições democráticas, sem privilégios oligárquicos e autoritários. Um verdadeiro Estado Democrático e de Direito, com fundamento na soberania popular". E como chegaremos aí?

O caminho deve começar a ser trilhado já, com a solidariedade ativa à greve dos ecetistas que lutam por seus direitos e contra a privatização da ECT.

Reagir passa também por levantar já, a começar pelo PT, um conjunto de medidas diante das necessidades emergenciais do povo, numa situação de emergência. Demandas como a garantia de comida na mesa, a defesa dos empregos e a exigência de condições para a retomada plena do trabalho e do estudo, com o teste em massa e condições sanitárias compatíveis.

Exigências opostas ao acelerado plano de destruição do Palácio do Planalto. Ao levantá-las para unificar a luta para melhorar as condições de vida do povo trabalhador, é a luta pelo fim do governo Bolsonaro que deve ser reforçada.

NOTAS

Preço de alimentos disparam

Os alimentos básicos como óleo de soja, leite, açúcar, arroz, feijão e carnes subiram 23,8 % nos últimos 12 meses.

Esse aumento é mais de 10 vezes superior à inflação oficial do período, medido pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que está em 2,31%. Só o arroz mais que dobrou de preço no período em algumas cidades. Dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) apontam que a cesta básica subiu 12,15% em São Paulo, 14,61% no Rio de Janeiro e 19,18% em Belo Horizonte em um ano. Para se comprar todo os alimentos da cesta básica, considerando uma família com 4 pessoas, era preciso gastar em julho R\$ 539,95 em São Paulo, calcula o Dieese. O trabalhador que ganha 1 salário mínimo gastaria quase 49% do seu salário só para alimentar sua família.

Salário mínimo sem reajuste real, de novo

O valor do salário mínimo proposto pelo governo Bolsonaro para 2021 é de R\$ 1.067. Esse valor está previsto no Orçamento para o ano que vem enviado ao Congresso Nacional, em 31 de agosto. Se for

confirmado, será o segundo ano consecutivo sem aumento real. Ou seja, dois anos em que os reajustes não foram suficientes para compensar a inflação do período.

Fome pode matar mais que vírus

A Rede de Informações sobre Segurança Alimentar estima que em 2019 cerca de 821 milhões de pessoas tiveram dificuldades para conseguir se alimentar no mundo. Dessas, 149 milhões estão em situação de fome. Agora, com o agravamento da crise econômica na pandemia, o Programa Mundial de Alimentos, associado a Organizações das Nações Unidas (ONU), estima que o número de pessoas com fome subirá para 270 milhões, um aumento de 82%. Segundo os dados, 909 milhões de seres humanos em todo o mundo vão concluir o ano de 2020 com dificuldades para se alimentar. Isso significa que em média o número de pessoa que morrerão subnutridas no mundo em 2020 será próximo de 12.000 por dia, calcula a Oxfam. Número superior a média de mortes por Covid-19 no mundo nos últimos meses.

Os dados ONU mostram ainda que a América Latina é a região do mundo onde haverá o maior aumento da fome.

Memória

REVOLUÇÃO NICARAGUENSE ESTIMULA LUTA NA REGIÃO

Se Somoza foi derrubado, os outros ditadores da América Latina também foram seriamente abalados pela abertura da revolução proletária na Nicarágua. Na Guatemala, por exemplo, nem mesmo assassinando mil militantes de oposição apenas nos últimos quatro meses, o general Lucas García consegue sufocar os protestos e a revolta da população, profundamente impulsionados pela luta do povo nicaraguense. Depois de uma visita ao país, a Organização Internacional de Juristas deu o alarme quanto à situação, afirmando que a Guatemala está à beira da "explosão revolucionária". Produzindo impacto imediato na América Central, a revolução atinge outros países, podendo-se notar seus sinais até mesmo no Chile de Pinochet.

O Trabalho n° 32 - 17/9/1979



Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição n° 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: "um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo". É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

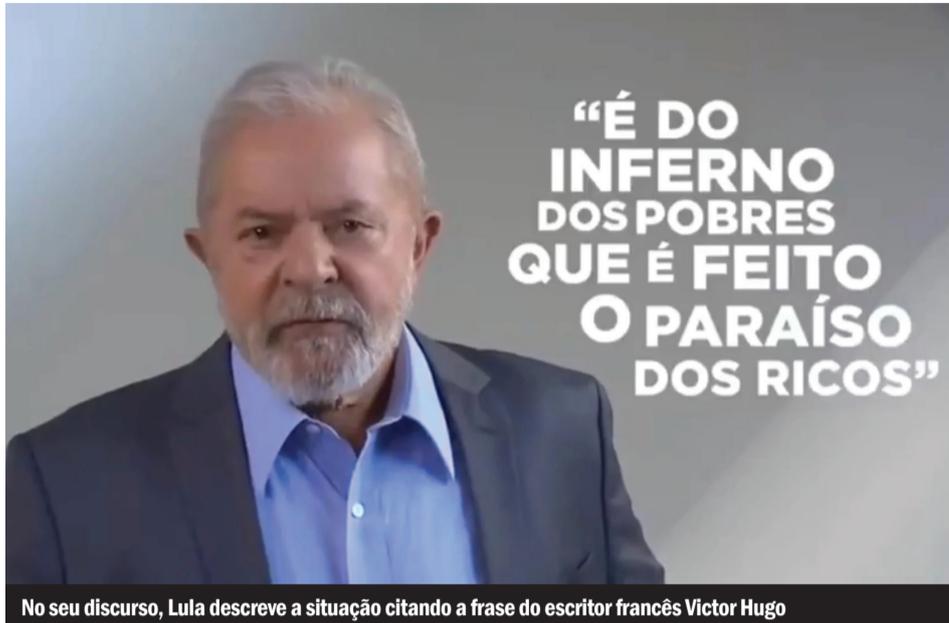
Site: www.otrabalho.org.br

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

Diagramação: Paulo Henrique Barbosa Mateus

“Para reconstruirmos o Brasil, me coloco à disposição do povo”

Fala de Lula no 7 de setembro chama a uma reflexão



No seu discurso, Lula descreve a situação citando a frase do escritor francês Victor Hugo

Em contundente discurso no dia da Independência, Lula se apresentou candidato à Presidência para reconstruir o país. Reproduzimos abaixo trechos da fala disponível nos sites do PT e do DAP.

“Vencer a pandemia e pôr fim a esse desgoverno. Um novo contrato social, pelo voto”

“Com 130 mil mortos e quatro milhões de pessoas contaminadas, estamos despencando em uma crise sanitária, social, econômica e ambiental nunca vista.

Os recursos que poderiam estar sendo usados para salvar vidas foram destinados a pagar juros ao sistema financeiro. O Conselho Monetário Nacional acaba de anunciar que vai sacar mais de 300 bilhões de reais dos lucros das reservas que nossos governos deixaram. Seria compreensível se essa fortuna fosse destinada a socorrer o trabalhador desempregado ou a manter o auxílio emergencial de 600 reais enquanto durar a pandemia.

O mais grave de tudo isso é que Bolsonaro aproveita o sofrimento coletivo para, sorrateiramente, cometer o maior crime que um governante pode cometer: abrir mão da soberania nacional.

A submissão do Brasil aos interesses militares de Washington foi escancarada ao nomear um oficial general das Forças Armadas para servir no Comando Militar Sul dos Estados Unidos, sob as ordens de um oficial americano.

O Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e o BNDES, estão sendo espartilhados – ou simplesmente vendidos a preço vil. Depois

de colocar à venda por valores ridículos as reservas do Pré-Sal, o governo desmantela a Petrobrás.

A demolição das universidades, da educação e o desmonte das instituições de apoio à ciência e à tecnologia, são uma ameaça real e concreta à nossa soberania.

Decidi me concentrar, ao lado de vocês, na reconstrução do Brasil como Nação independente, com instituições democráticas, sem privilégios oligárquicos e autoritários. Um verdadeiro Estado Democrático e de Direito, com fundamento na soberania popular.

Eles nunca se conformaram em ver o Brasil como um país independente. É aí, nessas conquistas dos trabalhadores, nesse progresso dos pobres, no fim da subserviência, é aí que está a raiz do golpe de 2016.

A raiz dos processos armados, da minha prisão ilegal e da proibição da minha candidatura em 2018. Processos que – agora todo mundo sabe – contaram com a criminosa colaboração secreta de organismos de inteligência norte-americanos.

Um dado escandaloso: nos 4 primeiros meses da pandemia, 40 bilionários brasileiros aumentaram suas fortunas em 170 bilhões de reais. Enquanto isso, a massa salarial dos empregados caiu 15% em um ano, o maior tombo já registrado pelo IBGE. É inaceitável que os trabalhadores continuem sofrendo os impactos da desigualdade social.

Não podemos admitir que nossa juventude negra tenha suas vidas marcadas por uma violência que beira genocídio. Vidas negras importam, sim. Mas isso vale para os Estados Unidos e vale para o Brasil.

É intolerável que nações indígenas

tenham suas terras invadidas e saqueadas e suas culturas destruídas.

Temos que combater com firmeza a violência impune contra as mulheres.

“Não acredito e não aceito os chamados pactos ‘pelo alto’, com as elites”

Para reconstruirmos o Brasil pós pandemia, precisamos de um novo contrato social entre todos os brasileiros.

O alicerce desse contrato tem que ser a base do regime democrático: o voto. É através do exercício do voto, livre de manipulações e fake news, que devem ser formados os governos e ser feitas as opções fundamentais da sociedade.

O essencial hoje é vencer a pandemia, defender a vida e a saúde do povo. É pôr fim a esse desgoverno e acabar com o teto de gastos que deixa o Estado brasileiro de joelhos diante do capital financeiro nacional e internacional.

Nessa empreitada árdua, eu me coloco à disposição do povo brasileiro, especialmente dos trabalhadores e dos excluídos.

Assim como a maioria dos brasileiros, não aceito os chamados pactos “pelo alto”, com as elites. Não contem comigo.

Estou convencido de que a luta pela igualdade social passa, sim, por um processo que obrigue os ricos a pagar impostos proporcionais às suas rendas e suas fortunas.

E esse Brasil está ao alcance das nossas mãos. Posso afirmar isso olhando nos olhos de cada um e dizer, do fundo do meu coração: estou aqui. Vamos juntos reconstruir o Brasil.”

A discussão da hora

Lula, na sua fala, deu o conteúdo da independência nacional contra a subordinação de Bolsonaro aos EUA, traduzida nas condições de vida do povo, na saúde, na educação e nos serviços públicos em geral, como na economia nacional, concluindo num apelo à soberania popular. Por isso mesmo, o pronunciamento instiga uma reflexão que vai além. Resta ao PT, com a participação de Lula, desenvolver propostas práticas de:

■ Como avançar na sua aposta de “vencer a pandemia e pôr fim a esse desgoverno”: como, se não alavancando a luta popular por medidas de emergência, tais como a testagem em massa (condição da volta segura às aulas), medidas como o congelamento dos preços da cesta básica de alimentos, a estabilidade no emprego com garantia de salários, e a extensão do auxílio de R\$ 600 durante a pandemia?

■ Como concretizar o novo “contrato social” com um “voto livre de manipulações” e “instituições democráticas”, que ele propõe: como, se não através de uma Constituinte Livre e Soberana (e um novo governo) que, para reconstruir o país, reverta as privatizações e anule as medidas de Temer-Bolsonaro?

■ Como avançar neste rumo agora, desde a campanha eleitoral municipal: como, se não integrando e cobrando de todos democratas a mais ampla unidade pela restituição de plenos direitos políticos para Lula (Anula STF!), confrontando assim perseguição contra ele, o PT, a esquerda e os sindicatos?

O PT, que se prepara para apresentar um “Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil”, tem, todavia, que fazer a discussão de como ligar suas bandeiras com as necessidades urgentes da hora.

Markus Sokol



Jilmar Tatto, pré-candidato do PT à prefeitura de SP, faz uma pré-campanha ligada às lutas em defesa dos serviços públicos. Ele participou ativamente da mobilização que expulsou a OS Albert Einstein do Hospital do Campo Limpo. Na foto, Jilmar fala em ato (5/09), contra a terceirização do CEU da Vila Alpina, pretendida pelo atual prefeito Covas (PSDB). É por aí que se constrói as campanhas do PT!

DAP DISCUTE A SITUAÇÃO NO RIO

O PT precisa dar respostas à crise financeira, política, social e sanitária

O Rio de Janeiro enfrenta a mais grave crise econômica e política de toda a sua história, que se inicia com a falência fiscal, por conta de dívida contraída ainda no período da ditadura, reconhecida e negociada por Anthony Garotinho com Fernando Henrique Cardoso, em 1999. Os governos seguintes, Sérgio Cabral e Pezão, aumentaram o endividamento através de renúncia fiscal em benefício dos patrões.

A queda do dólar e a operação Lava Jato quebram o setor petrolífero, e o estado entra em falência fiscal, levando ao acordo Temer-Pezão (2017), contemplando um empréstimo de R\$ 11 bilhões, cuja contrapartida era a privatização de serviços, venda de empresas públicas rentáveis, como a CEDAE, e corte no orçamento do estado, em todos os setores, especialmente educação e saúde. O dinheiro do povo, ao invés de retornar sob a forma de serviço público, vai para os bancos pagar os juros da dívida.

Em 2019, o governador Wilson Witzel, eleito apoiando Bolsonaro, assume prometendo moralizar e, sobretudo, combater a criminalidade e cumprir sua agenda encaminhando as privatizações e mantendo a violência policial que vitima a população negra.

O DAP-RJ reuniu-se no último dia 4 para debater a situação política caracterizada pelo afastamento temporário do governador do estado e tirou uma nota que publicamos abaixo.

Nota do DAP-RJ

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou o afastamento, por seis meses, de Witzel, acusado de participar de um esquema de desvio de verbas na área da saúde. Com o afastamento, o vice assume o governo e seu primeiro ato foi reunir-se com Guedes, negociando o Regime de Recuperação Fiscal do estado. Além das motivações eleitorais de Bolsonaro no estado, há a tarefa central de implantar uma agenda econômica:

eliminar serviços públicos, privatizando, e pagar juros ao capital financeiro, em detrimento das necessidades do povo.

Às vésperas do início da campanha eleitoral nos municípios, os últimos fatos demonstram que os inimigos dos trabalhadores não sossegarão e o judiciário segue preparando o terreno para fraude, como aconteceu com o impedimento de Lula concorrer em 2018.

E aí o Partido dos Trabalhadores tem um importante papel a cumprir. Importante porque ao longo do período o partido omitiu-se em lançar candidaturas próprias, comprometendo-se com a eleição dos governadores emedebistas. Foi inaceitável o voto de André Ceciliano, do PT, atual presidente da Alerj, no ajuste fiscal Temer-Pezão que teve e tem consequências nefastas para a população do RJ até hoje. A bancada do PT na Alerj deve seguir um caminho coerente e não compor nenhum tipo de parceria ou acompanhamento de políticas vindas

de governos que são inimigos do povo, como o governo Witzel, eleito na esteira de Bolsonaro.

É preciso mudar. É preciso afirmar o PT e não mantê-lo enredado com os partidos responsáveis por esta situação calamitosa, ou apoiar candidatos que se identificam com o calamitoso governo Bolsonaro, como foi a decisão sobre Belford Roxo, à qual nos opomos. Infelizmente, é preciso dizer, Belford não é exceção. A política de alianças aprovada pela Executiva Nacional leva à muitas outras alianças esdrúxulas. Assim, a mudança necessária passa, também, agora, pelas eleições municipais: vamos engajar todo o esforço dos petistas para a vitória da companheira Benedita na capital do estado. Vitória que será uma alavanca para a reconstrução do PT no RJ e para a reconstrução da própria cidade cuja população está abandonada à própria sorte.

**Rio de Janeiro,
4 de setembro de 2020.
Diálogo e Ação Petista**

EM FLORIANÓPOLIS, MARCA É LULA LIVRE!



A professora e pedagoga Margarete Sandrini, a Marga, militante do DAP em Florianópolis, tem como marca a luta pela liberdade de Lula. Uma marca construída na luta e que pretende levar para sua campanha a vereadora do PT.

DAP- Por que falar em Lula livre na campanha eleitoral?

Marga- Porque a perseguição, os processos e a condenação de Lula, que impediram sua candidatura em 2018, são a expressão acabada do golpe que acabou levando este genocida à presidência. Lutar para pôr fim a este governo exige que

digamos bem claramente: esses processos foram uma fraude e devem ser anulados, a Lava Jato e o juiz Moro é que devem ser condenados. Nós do DAP de Florianópolis participamos ativamente da Vigília Lula Livre em Curitiba, durante todo o tempo em que Lula esteve injustamente encarcerado.

DAP- E os problemas municipais, como ficam?

Marga- Como servidora pública, tenho o compromisso de defender a população e seus direitos. Mas é preciso dizer que com Bolsonaro, não dá! E aqui, o prefeito Gean segue a mesma política. Defendo a ampliação dos serviços de saúde, um transporte público de qualidade, com tarifa zero, mobilidade urbana, uma política

ambiental digna deste nome, entre outros pontos. De onde devem vir os recursos? Da renegociação da dívida dos municípios, do IPTU progressivo e de outras medidas. Paga mais quem pode mais.

DAP- Por que você resolveu ser candidata?

Marga- As eleições são um dos instrumentos da luta geral. Na campanha, quero falar sobre o país em que os trabalhadores e os mais necessitados merecem viver. Um país onde seja impossível uma tragédia como os mais de 100 mil mortos da pandemia, impossível que uma juíza condene uma pessoa por esta ser negra, impossível que uma menina de 10 anos, estuprada, seja ainda por cima criminalizada por recorrer a

um aborto. E quero ajudar as pessoas a acreditarem que isto não é apenas um sonho, e ajudá-las a lutar para remover os obstáculos, dos quais o maior se chama governo Bolsonaro. Para esta luta é que considero que seria importante o PT apresentar uma candidatura própria à prefeitura da cidade.

CONTRIBUA COM O DAP

PARA MANTERMOS NOSSA INDEPENDÊNCIA POLÍTICA, PRECISAMOS DE INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA. É POR ISSO QUE PEDIMOS UMA CONTRIBUIÇÃO AOS MILITANTES E GRUPOS DE BASE ("UM CAFEZINHO POR MÊS")

WWW.PETISTA.ORG.BR/DOE



Para manter sua independência política, o DAP pede a colaboração dos militantes e grupos de base ("um cafezinho por mês"). A nova conta nacional é:

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Agência: 0454 | Operação: 013
Conta Poupança: 00013198-0
Em nome de: Paulo Fernando Alves de Farias (CPF: 469.415.410-91)

APOIO AOS PROFESSORES



O grupo de base do DAP Educação de Feira de Santana (BA) esteve presente nas manifestações dos professores, que tiveram seus salários cortados em até 70% pelo prefeito Colbert Martins (MDB). A mobilização fez o prefeito recuar.

SOLIDARIEDADE À GREVE DOS CORREIOS



Na manhã do dia 9 de setembro, o DAP de São Carlos (interior de São Paulo) levou sua solidariedade aos trabalhadores dos Correios em greve. E, junto com a subseção da CUT, tomou a iniciativa de organizar um ato de apoio aos grevistas.

Exigir as condições para a volta às aulas

A testagem é fundamental para evitar ampliação de contágio



Professores de Manaus protestam contra volta às aulas sem condições adequadas

Em vários estados segue a insistência de governadores e prefeitos em retornar às aulas presenciais, não sem resistência de professores e estudantes em todas as regiões do país. No Rio Grande do Sul, por exemplo, o governador Eduardo Leite (PSDB) decretou a volta às aulas para 8 de setembro, sendo que os professores já vinham trabalhando em esquema de plantão em várias escolas. Uma pesquisa desenvolvida pelo Sindicato dos Professores do Rio Grande do

81% das direções declararam que as escolas não têm número adequado de profissionais de limpeza para realizar a higienização. Situação similar à da maioria dos estados.

AM: 619 professores testaram positivo

No Amazonas, onde as aulas do ensino médio retornaram em agosto, 619 professores testaram positivo para a Covid-19, em apenas dez dias de exames, de acordo com a Fundação de Vigilância e Saúde. Os testes,

que eram exigência dos trabalhadores, foram realizados no final do mesmo mês. Portanto, o número de infectados deve ser ainda maior. A categoria decidiu por greve, iniciada em 1 de setembro pelo fim das aulas presenciais.

Na capital Manaus, já há paralisações dos professores municipais desde o retorno presencial. Mesmo com as ameaças do governador Wilson Miranda Lima (PSC), que insiste em manter as aulas presenciais, a greve continua: os professores afirmam que, caso o governador não recue, vão paralisar tudo, inclusive as aulas remotas.

Exigir testagem em massa!

Como demonstra o exemplo do Amazonas, além de exigir EPIs e toda a estrutura necessária nas escolas, a testagem em massa se coloca como fundamental na questão da volta às aulas. Essencialmente por que dará um quadro mais fiel da situação e de forma mais imediata. Portanto, o retorno não deve ser condicionado

a uma vacina, necessária, mas ainda incerta e imprevisível, o que pode colocar as categorias em um terreno pantanoso, entre a permanência do EaD como regra ou uma volta presencial sem segurança.

A exigência da testagem em massa deve ser feita pelas organizações sindicais e estudantis, bem como por toda comunidade escolar, como condição para se tomar qualquer decisão a respeito das aulas presenciais. Sua realização cabe, em primeiro lugar, ao governo federal – o Ministério da Saúde tem 9,5 milhões de testes estocados, como mostrou reportagem do Estadão de 4/09 (ver pág. 09)! Mas também aos governadores e prefeitos. Como não é a política de Bolsonaro, do PSDB e de outros inimigos do povo, manter ou ampliar serviços públicos, é importante que os governadores do PT se somem e ocupem um lugar nessa batalha. Não só aplicando nos seus estados, mas sendo lideranças nessa luta, que é nacional.

Tiago Maciel

É preciso que a CUT saia da toca!

Reunião da direção nacional gira em círculos e não sai do lugar

Realizada durante a comemoração dos 37 anos de fundação da CUT (ver OT 873), a reunião da sua Direção Nacional adotou uma resolução “ônibus” (onde cabe tudo) que não resolve a principal questão colocada para a central: o grosso da classe trabalhadora está de volta ao batente nas empresas, logo é preciso que os dirigentes da central saiam da paralisia induzida pelo “fique em casa” e impulsionem as lutas concretas com ações presenciais, com os cuidados que a pandemia impõe.

Há ainda dirigentes que alegam ser “contraditório” promover e até mesmo participar de atos presenciais, porque a CUT defende o “isolamento social”. Outros, ligados à Educação, dizem que não dá para ser contra a volta às aulas e ao mesmo tempo fazer carreatas – como a Apeoesp fez em São Paulo – ou atos presenciais.

Assim, o que é um problema político – enfrentar as demissões, os ataques aos salários e direitos, as privatizações, com ações para além da “bolha” virtual - acaba reduzido a uma questão moral, enquanto o governo Bolsonaro e os patrões “passam a boiada”.

É certo que algumas CUTs estaduais, como no RS, têm incentivado e participado de ações públicas, nas ruas ou diante de órgãos públicos e

empresas, mas não é o quadro geral.

A solidariedade ativa à greve dos Correios (ver página 7), que motiva os atos que ocorriam em 11 de setembro no fechamento desta edição, só foi proposta em nota da Executiva nacional do dia 9.

Eixos de luta prioritários

O texto de orientação que acompanha a resolução lista como prioritária a luta contra as privatizações de estatais e em defesa de mais e melhores serviços públicos contra a reforma administrativa de Bolsonaro/Guedes. Mas, como engrossar os atos de 30 de setembro chamados pela Condsef, Confetam e entidades de servidores estaduais contra essa “reforma” “ficando em casa”?

A luta por Nenhuma Demissão diante dos cortes anunciados na indústria, que levou à greve na Renault no Paraná e agora a da Embraer (ver abaixo), é também prioritária. Mas, quando levantada a questão da Volks ter anunciado o corte de 35% de seu efetivo na reunião da Direção da CUT, a resposta de dirigentes metalúrgicos foi o silêncio (a Tribuna Metalúrgica do ABC informa que o sindicato está em discussão com a empresa).

Dentre as prioridades também está o apoio à luta da Confederação

Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE-CUT) contra a volta às aulas sem condições de proteção (testes, EPIs, queda na curva de contágio) para alunos e profissionais do Ensino, além da defesa e ampliação do SUS.

Todas são lutas justas, que levam

a questionar diretamente o governo Bolsonaro, mas que exigem outra postura da direção da central. A Executiva nacional da CUT voltará a reunir-se em 15 de setembro, uma nova oportunidade para tirá-la da toca.

Julio Turra

GREVE CONTRA DEMISSÕES NA EMBRAER



Desde 3 de setembro, os trabalhadores da Embraer em São José dos Campos (SP) estão em greve contra as 2.500 demissões anunciadas pela empresa. Ela começou por decisão de assembleia presencial no dia em que foi anunciada a demissão direta de 900 trabalhadores e de outros 1.600 através de três PDVs (programa de demissão voluntária).

A greve exige cancelar todas as demissões, denunciando também os supersalários nos altos escalões da Embraer privatizada. Com o início da greve, a empresa abriu negociação com a comissão dos trabalhadores e o sindicato, mas não recuou. Em 8 de setembro, uma audiência de mediação terminou também sem acordo e a greve continua. Todo apoio à greve dos metalúrgicos da Embraer por nenhuma demissão!

Solidariedade à greve nos Correios!

É o que demanda um sindicalista grevista, na luta por manter direitos

A greve nacional dos trabalhadores dos Correios, os ecetistas, “já é a maior dos últimos tempos”, destaca Osvaldo Rodrigues, diretor do Sindicato da categoria da Bahia. Nesta entrevista, feita em 9 de setembro, ele denuncia a tentativa da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), presidida pelo general Floriano, de retirar direitos do Acordo Coletivo e pede a solidariedade dos sindicatos, sobretudo da CUT, para ajudar no desenlace favorável à categoria.

O Trabalho: A greve entra na quarta semana, quais são as reivindicações?



Osvaldo: Nossa greve continua forte por todo país e já é a maior dos últimos tempos. A grande adesão se dá por conta do brutal ataque às conquistas históricas da nossa categoria, que está tendo 70 das 79 cláusulas do nosso Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) destruídas pela direção da empresa com a nítida intenção de retirar direitos, precarizar os serviços e as condições de trabalho, preparando-a para a privatização, como projeto deste governo entreguista, que desde o início vem vendendo o patrimônio público brasileiro ao capital estrangeiro.

Nossa greve é, portanto, em defesa do nosso Acordo Coletivo, por melhores condições de trabalho, especialmente neste momento de pandemia, em que nós, trabalhadores, estamos expostos ao contágio do vírus por falta de EPIs nas unidades, e também contra a privatização dos Correios.



Grevistas dos Correios em Belo Horizonte (MG)

OT: Ocorrem reuniões do dissídio no Tribunal Superior do Trabalho (TST). Qual a expectativa?

Osvaldo: O TST agendou para esta sexta-feira (11) uma audiência de conciliação a pedido da Fentect (Federação Nacional dos Trabalhadores dos Correios-CUT) e do Ministério Público do Trabalho, porém não temos muitas expectativas de que a direção dos Correios aceitará alguma proposta de acordo, já que no início da mediação recusou a proposta feita pelo próprio tribunal de manter todas cláusulas sociais do ACT, porém sem reajuste salarial. A empresa não aceitou porque seu objetivo é destruir completamente nosso Acordo Coletivo. Percebemos ainda que a justiça está agindo com morosidade no processo, o que contempla o jogo da empresa de prolongar a greve e assim tentar ganhar os trabalhadores pelo cansaço. Por isto precisamos intensificar a mobilização, ampliar a greve e forçar

uma solução rápida e favorável à categoria.

OT: Quais serão os próximos passos da greve da categoria?

Osvaldo: Com o fechamento dos acordos dos bancários e petroleiros, a greve dos trabalhadores dos Correios ficou de certa forma isolada, o que facilita o avanço da empresa contra nossa categoria, por isto a necessária solidariedade dos sindicatos de outras categorias no fortalecimento da luta dos trabalhadores ecetistas, onde entra o papel fundamental da CUT para mobilizar os sindicatos de sua base no intuito de apoiar nossa greve e ajudar na construção do Dia Nacional em Defesa dos Trabalhadores dos Correios, dia 11 de setembro, e nas próximas atividades de piquete e rua. Compreendemos que a nossa greve é a maior em curso no país e seu desfecho terá grande relevância na sequência de outras lutas que travaremos pela frente, a exemplo do combate contra a reforma

administrativa, enviada ao congresso pelo governo Bolsonaro, que avança seus ataques contra os servidores e na destruição dos serviços públicos no Brasil. Sendo assim, reafirmamos a necessidade da CUT sair das redes sociais e ajudar na construção e participação dos atos de rua, pois é nas ruas o terreno no qual os trabalhadores fazem sua luta.

Para garantir a vitória, precisamos, portanto, ampliar a mobilização, fortalecer a greve, construir a unidade com outras categorias em defesa da vida, dos direitos, contra as privatizações, e lutar pelo fim deste governo lesa-pátria.

Nota da redação: em 10/09 a CUT nacional soltou uma nota chamando à solidariedade ao dia 11, “Dia Nacional em defesa dos Correios e do apoio à greve”.

Petroleiros mantém direitos

Assembleias prosseguem aprovando indicativo da FUP

A FUP (Federação Única dos Petroleiros-CUT), após as negociações com a Petrobras do Acordo Coletivo do Trabalho (ACT), indicou às assembleias de base a aceitação da proposta.

Um dos principais pontos foi a garantia de emprego. O acordo mantém essa cláusula, mas a empresa não aceitou dar reajuste em 2020, para 2021 é garantido 100% da inflação, correção pela inflação do vale refeição e alimentação, regramento do Teletrabalho, que envolve 20 mil petroleiros e não há uma regulamentação. As demais cláusulas que garantem conquistas e direitos foram mantidas com a renovação do ACT.

O resultado é a manutenção ACT por mais dois anos garantindo os direitos e conquistas dos petroleiros, a validade vai até 2022. O desafio que está colocado é a defesa dos direitos e da Petrobras, pois a intenção de Bolsonaro, assim como nos Correios, é destruir as estatais, e em especial a Petrobras, e para isso precisa de demitir, precarizar. Mas a luta continua para defender as empresas públicas!

Bancários garantem conquistas

Com luta mantiveram cláusulas do acordo anterior

Os banqueiros, que lucram em qualquer situação, tentaram impor retirada dos direitos durante a campanha salarial dos bancários.

Desde a proposta inicial, a linha dos banqueiros era de reajuste zero, sem reposição da inflação, e a concessão de um simples abono salarial, sem repercussão nas parcelas de 13º salário, férias, verbas da previdência, a não garantia das cláusulas sociais, além da retirada da 13ª cesta alimentação e mudança nas regras da Participação nos Lucros e Resultados (PLR). A proposta foi rejeitada pelos bancários, pois seria uma grande derrota.

Mas mesmo num cenário de extrema dificuldade de mobilização,

por conta pandemia da Covid-19, a resistência à essa ofensiva patronal e do governo, se deu com atos nas portas das agências, reuniões e assembleias virtuais, redes sociais, carreatas. Assim foi imposto um recuo aos banqueiros e foi arrancado um acordo que manteve, por dois anos, as principais conquistas do Contrato Coletivo de Trabalho anterior. Foi acertado em 2020 reajuste de 1,5% e abono de R\$ 2.000,00 para todos, e para 2021 aumento real de 0,5% para os salários, vale alimentação, vale refeição, auxílio-creche e PLR.

Após o golpe do impeachment no governo Dilma, o usurpador Temer com a reforma trabalhista acabou com a ultratividade dos acordos

coletivos de trabalho e isto impõe dificuldades nas negociações, sem a permanência da garantia das conquistas do acordo anterior. Uma vitória parcial importante que dá ânimo para continuar combatendo pelo fim do Governo Bolsonaro, sem o que não se abrirá uma perspectiva de saída para os trabalhadores e a maioria do povo. Na assembleia em Pernambuco, foi aprovado uma moção de solidariedade à greve nacional dos trabalhadores do Correios, e moção em solidariedade ao povo da Venezuela contra as agressões do governo dos EUA com o apoio do governo Bolsonaro.

Antônio Guerra (Tony)

João B. Gomes

Mobilizar contra a Reforma Administrativa

Governo mira a destruição dos serviços públicos

O governo Bolsonaro, após inúmeros apelos de Rodrigo Maia (DEM) e de entidades empresariais, enviou a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 32/20, a chamada Reforma Administrativa. Ela atinge o conjunto dos servidores públicos federais, estaduais e municipais, e desmantela as relações de trabalho e do próprio serviço público.

A reforma é uma decorrência da EC 95/2016 (teto de gastos) mas vai além. Na apresentação o governo mirou no que ele chama de “engessamento” das verbas do orçamento, na verdade, a obrigatoriedade que tem o governo de percentuais mínimos de gastos na saúde e educação, as despesas de pessoal.

O que propõe a PEC

Subsidiariedade: colocado entre os princípios da administração direta dos três poderes e das três esferas, alterando o artigo 37 da Constituição, é a concessão de vouchers para Organizações Sociais (OSs). Com isso, o estado deixa de ter papel central no oferecimento dos serviços públicos e passa a ser somente acessório, por princípio. Esta mudança abre as portas para implementação em larga escala da entrega de serviços públicos para as OSs e a “compra”

de serviços através de vouchers desmantelando todo o serviço público. Ou seja, aquilo que hoje é exceção passaria a ser regra.

Fim da estabilidade: A PEC quebra a estabilidade do servidor e aprofunda a relação de manutenção do emprego a avaliações periódicas de desempenho, também a serem reguladas. Além disso, enquanto atualmente apenas uma decisão judicial transitada em julgado pode gerar a demissão, o governo quer que decisões “proferidas por órgão judicial colegiado” já permitam a dispensa.

Ao mesmo tempo, o chefe do Poder poderá “estabelecer perda do cargo público (...) em razão da obsolescência das atividades relativas às atribuições do cargo público”. Ou seja, os chefes de Poder poderão simplesmente determinar a extinção de cargos e, assim, a saída dos servidores.

A PEC traz novas formas de contratação por concurso público, mas com prazo indeterminado e determinado. E traz novidades em relação à estabilidade. Além das provas e dos títulos, é criado um período de experiência de um ano, que será necessário ao final ter “desempenho satisfatório” para assim ser efetivado. No entanto, terá que estar “entre



Bolsonaro, que veio para destruir, como ele mesmo disse, entregou ao Congresso a PEC da Reforma Administrativa

os mais bem avaliados ao final do período do vínculo de experiência”, caso contrário poderá ser desligado sem direito a nada. Fora isso também é prevista a contratação por prazo indeterminado abrindo margem para as práticas de apadrinhamento e ampliando a pressão sobre os servidores em período de experiência.

Juizes, procuradores e militares de fora

A PEC deixa a cúpula dos poderes de fora e preserva militares, estes últimos beneficiados periodicamente por Bolsonaro. Dois ministros do Supremo Tribunal Federal, Mello e Tóffoli, saíram em defesa da proposta repetindo a mentirosa tese do inchaço de servidores. Falso, pois os servidores representam cerca de 5% da população enquanto nos países da

OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) são cerca de 12%. Esta seletividade só reforça a ideia de que os ataques são para aqueles servidores que atendem diretamente a população e prestam serviços ligados à manutenção de direitos sociais como saúde e educação.

30 de setembro, na luta contra a reforma

Diversas entidades de servidores apontaram o 30 de setembro como um Dia Nacional de Luta contra a PEC. A mobilização nas redes sociais é importante, mas nada substituirá a mobilização de rua e o contato com a população, com o funcionalismo das três esferas.

Marcelo Carlini

Queda do PIB, a maior recessão da história do país

Já em grande dificuldade a classe trabalhadora terá sua situação agravada

O PIB brasileiro (tudo que se produz no país) caiu 9,7% no 2o trimestre deste ano. Junta-se isso à queda de 2,5% do 1o trimestre e temos a mais profunda recessão da história brasileira.

O pior é que a economia já tinha passado por uma forte recessão durante o golpe, de 2015 a 2016, da qual não se recuperou.

Depois de ter caído 7% no acumulado daqueles dois anos, a atividade cresceu apenas 3% no acumulado dos três anos seguintes (lamentáveis 0,3% por trimestre). E agora afundamos de vez.

O crescimento só não foi até agora mais negativo por causa do auxílio emergencial de R\$600,00 aprovado pela oposição – contra a vontade de Guedes, embora Bolsonaro agora tente ficar com os louros. Com 67 milhões de pessoas (em geral mais pobres) recebendo o auxílio, os parcos R\$ 179 bilhões gastos até agora pelo governo com ele permitiram reativar um pouco o consumo das famílias e, assim, a demanda.

Essa injeção repercutiu nos segmentos de supermercados e farmácias, responsáveis por segurar a atividade no comércio (que de resto fora muito mal). Dados da pesquisa (Pnad Contínua) do IBGE mostram que, em julho, 4,4 milhões de domicílios sobreviveram apenas com a renda do auxílio emergencial, compensando de conjunto as perdas na massa salarial.

O problema agora é que tal auxílio, bem como outros estímulos (crédito a empresas etc) serão suspensos e não há perspectivas de novos empregos.

Mas mesmo medidas paliativas, como o auxílio emergencial não foram capazes de segurar o setor dos Serviços, que recuaram 9,7% no 2º trimestre (queda anual de 11,2%). Dentro de tal setor, que ao todo responde por quase 70% do PIB, os ramos de “serviços às famílias” (restaurantes, turismo, saúde e educação privadas etc) tiveram recuo trimestral de 19,8%.

A indústria de transformação – o

setor estrategicamente mais importante por seus efeitos encadeadores na economia e pela qualidade dos empregos que gera – apresentou queda trimestral de 18,5% e anual de 20%. Tal indústria vem recuando desde as vésperas do golpe. De 2013 para cá, sua produção já caiu 31%.

Falências, desemprego e inflação

E, por conseguinte, os investimentos empresariais – que representam compras de máquinas e construção civil –, despencaram 15,4% no trimestre. Como eles também já vinham caindo fortemente nos últimos cinco anos, seu nível atual retrocedeu para o montante de 2007! E, a despeito da taxa de juros estar baixa, os capitalistas do país seguem com pouca disposição para novos projetos, não apenas devido ao ambiente incerto com enorme desemprego e, portanto, sem perspectivas de demanda a seus produtos, mas sobretudo à baixa lucratividade somada à fragilidade financeira de suas empresas. E isso tudo pode

gerar um aumento das falências.

O governo, por sua vez, segue recusando-se a realizar investimentos públicos para compensar a abstinência privada.

Com isso, algumas empresas seguem demitido e outras já faliram. Um pesadelo às famílias trabalhadoras, que enfrentam a maior onda de desemprego e de informalidade da história recente – são 32 milhões de trabalhadores “sub-utilizados” (desempregados, desalentados e sub-ocupados).

Com renda rebaixada, sofreram também agora os impactos da inflação de alimentos que encarece a cesta básica. A inflação medida pelo IPCA teve altas consecutivas em julho e agosto (a maior desde 2016). Os itens da cesta básica que mais subiram foram os alimentos e os transportes (devido a alta dos combustíveis e do dólar). O preço do arroz subiu 26% nos últimos 12 meses, o feijão, 48% e o leite 19%.

Alberto Handfas

Aumenta o genocídio do povo negro

74% de homens e 64% de mulheres vítimas de assassinatos são negros

O Atlas da Violência 2020, divulgado no final de agosto revela uma face cruel de nossa sociedade, o genocídio contra o povo negro aumenta ano após ano. Produzido pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e pelo FBSP (Fórum Brasileiro de Segurança Pública), o Atlas indica que entre os anos de 2008 e 2018 o homicídio de pessoas negras cresceu 11,5%, enquanto houve uma queda de 12,9% nos números de homicídios de pessoas não negras. Outro dado alarmante é que o risco de um homem ser vítima de homicídio no Brasil é 74% maior do que homens não negros e 64% maior para mulheres negras do que para as não negras.

Durante o período que abrange o estudo do Atlas (2008-2018) 618 mil pessoas foram assassinadas no Brasil e dessas 91,8% eram homens, dos quais 74% negros. Ainda que pelos dados não seja possível identificar os autores dos assassinatos, para o pesquisador Dennis Pacheco a vulnerabilidade dos negros, em especial quando falamos nas mortes praticadas por policiais é algo evidente. "Existe uma sub-representação e tem



uma relação forte de como as políticas públicas e de segurança ineficaz, com investimento em policiamento mais violento e menos preventivo convergem para a vulnerabilização".

A cada 2 horas uma mulher é assassinada, a maioria negras

Quando fazemos o recorte entre os homicídios entre as mulheres as perspectivas dos números não mudam muito. Entre as mulheres negras o número aumentou 12,4% entre 2008 e 2018, enquanto entre as mulheres não negras esse número baixou em 11,7%. Em 2018 o homicídio tirou a vida de uma mulher a cada 2 horas, com um total de 4.519 mulheres vítimas de homicídio. Desse total 68%

eram mulheres negras. "Se alguém tem alguma dúvida do racismo no Brasil, é só olhar para os números", ressalta Samira Bueno, diretora executiva do FBSP.

Como esses dados são coletados no SINAM (Sistema Nacional de atendimento Médico) não é possível saber o tipo de crime, como o feminicídio por exemplo, porém Juliana Martins, coordenadora do FBSP destaca que "desses 4.519 homicídios, mais ou menos 30% aconteceram na residência delas, e a gente sabe que é em casa onde essas mulheres estão mais vulneráveis à violência doméstica, então podemos concluir que foram feminicídios".

Para os especialistas responsáveis pelo levantamento e organização do Atlas da Violência 2020 fica evidente que a diferença e o distanciamento das curvas da taxa de mortalidade entre mulheres não negras e negras apenas confirma que a disparidade racial vêm se aprofundando nas últimas décadas. Enquanto as políticas públicas implementadas para prevenção e combate a violência protegem apenas uma parte da população e as mulheres negras não estão entre as

assistidas por essas políticas públicas.

É preciso dar um basta no genocídio da população negra

Em 2020 os números de assassinatos cometidos pela Polícia Militar são alarmantes. Só no Rio de Janeiro nos primeiros sete meses foram 741 pessoas assassinadas pela PM, o maior número desde quando as estatísticas começaram a ser compiladas na cidade em 1998. E para José Vicente, reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares em São Paulo existe uma "garantia de impunidade, fruto da trajetória de 350 anos de escravidão no país". E como o racismo não é reconhecido, fica mais difícil de ser combatido e seus efeitos para o povo negro seguem se reproduzindo. Combater o racismo e o genocídio da população negra é uma tarefa urgente no Brasil e passa, por exemplo, pela luta pela desmilitarização da PM. Uma tarefa que deve ser assumida por todo movimento operário e democrático. É uma tarefa para todos que lutam por uma sociedade sem opressão e exploração.

Joelson Souza

Testes estocados por falta de insumos

Fundamentais para o diagnóstico da covid-19, só um terço foi distribuído pelo governo

O desprezo do governo federal em proteger a população frente à pandemia é expresso, entre outros fatores, pela negligência em relação aos testes. Em sete meses menos de um terço dos 22,9 milhões de exames do tipo PCR, foi distribuído pelo Ministério da Saúde. O PCR é considerado "padrão ouro" para o diagnóstico da covid-19.

Para o diagnóstico do Coronavírus, o exame de PCR é o exame indicado, e sua técnica é a de identificar partes de material genético vital "Esse processo (do exame) envolve três grandes etapas. O preparo e a extração do material genético, converter esse material genético e a amplificação em tempo real", explica Mellanie Fontes-Dutra, pós-doutoranda em Bioquímica na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Os insumos para a coleta do exame, os swabs e os tubos de armazenamento, usados para extração, são os materiais que estão em falta para que esses testes sejam aplicados.

Enquanto isso permanecemos à deriva na prevenção e descontrolados na transmissão da doença e não houve no Brasil o tão falado pico.

pico sustentado (um platô) por três meses, junho julho e agosto, com pequena variação para baixo em agosto. A não aplicação de testes diagnósticos implica na ausência de registro da doença e em números inferiores a realidade.

A meta feita pelo próprio Ministério da Saúde antes de ser entregue aos gerais, a de aplicar 20 milhões de testes até agosto, está longe de ser realizada. Até agora só 13,25% (2,65 milhões) dos exames foram feitos na rede pública. Em agosto 22.943 mil testes por dia foram aplicados. O objetivo é o de realizar 115.000 mil testes por dia!

Outros tipos de teste, os testes rápidos e sorológicos, encontrados em farmácias e utilizados em alguns municípios e estados, tem como finalidade estudos científicos e inquéritos de possível contato com a doença, mas não são adequados para o diagnóstico e prevenção.

Estamos no escuro

Ao assumir, o general-ministro adotou o discurso que o diagnóstico deve ser feito através dos sintomas, minimizando a necessidade de testes e desconsiderando a consequente

subnotificação dos casos, o que é um dos maiores entraves na contenção da pandemia.

Fato é que a cada dia se descobre mais possibilidades de manifestações da doença, para além das manifestações respiratórias e que precisam dos testes para diagnóstico. Já são associadas ao Covid desde sintomas gastrointestinais como vômitos e diarreia, lesões nas peles, até manifestações cardíacas, como na Síndrome Inflamatória Multissistêmica Pediátrica associada ao Covid nas crianças.

O descaso de Bolsonaro e dos gerais com os números e com os testes, atinge em cheio os mais vulneráveis, como a população indígena. Após as próprias aldeias e comunidades aplicarem políticas de isolamento, em 20 de julho retrataram ao Ministério Público Federal que recursos foram alojados para retirar dois médicos contaminados de uma



comunidade aonde o acesso é apenas aéreo - comunidade Serra do Sol em Roraima. Recurso esse que foi recusado a testagem dos nativos, exigência deles.

Com uma ampla incerteza dos cursos da doença - ainda em estudos - e sem testes massivamente aplicados para o diagnóstico de todos os doentes, os trabalhadores e as populações vulneráveis, como os indígenas, estão sujeitos a uma verdadeira roleta russa.

Juliana Salles

Há 82 anos era fundada a 4ª Internacional

Diante da 2ª Guerra Mundial, era preciso assegurar o fio de continuidade

Em 3 de setembro de 1938, 30 delegados de 10 seções – União Soviética, França, Alemanha, Grã Bretanha, Polônia, Itália, Grécia, Bélgica, Holanda e Estados Unidos – e mais um pela América Latina, o brasileiro Mário Pedrosa, reuniram-se em Perigny, na periferia de Paris, na Conferência de fundação da 4ª Internacional.

Foi o ponto de chegada de um trabalho de cinco anos, desde que em 1933 León Trotsky propõe à Oposição de Esquerda Internacional mudar de orientação e constituir o Movimento pela 4ª Internacional. Para tanto foi decisivo o ocorrido na Alemanha, onde a política ditada por Stálin apontava a social-democracia como “inimigo principal” diante da ascensão de Hitler, negando-se a aplicar a frente única operária para barrar a via ao nazismo. A total falta de reação a essa política desastrosa nos partidos da 3ª Internacional, levou Trotsky a considerá-la perdida para a revolução.

A fundação da 4ª Internacional se deu às vésperas da 2ª Guerra Mundial (1939-45), preparada por grandes derrotas sofridas pelos trabalhadores depois da Revolução Russa de 1917: a contra-revolução stalinista na União Soviética, a vitória do fascismo na Itália e do nazismo na Alemanha, aquelas provocadas pelas frentes populares (aliança com a burguesia “democrática”) na França e na guerra civil da Espanha, os processos de Moscou iniciados em 1936, em que Stálin liquidou toda a antiga direção bolchevique.

Mas, era preciso assegurar o fio de continuidade do que vinha desde Marx e a 1ª Internacional: “A luta de classes não sofre interrupção. A 3ª Internacional, após a 2ª, está morta para a revolução. Viva a 4ª Internacional!”

O método das reivindicações transitórias

O programa adotado em 1938, “A agonia do capitalismo e as tarefas da 4ª Internacional”, tinha como subtítulo “A mobilização das massas por meio das reivindicações transitórias como preparação para a tomada do poder” (Programa de Transição).

As reivindicações transitórias consistiam em superar o velho “programa mínimo”, numa situação de “capitalismo em decomposição, quando não há mais lugar para reformas sociais sistemáticas nem para a elevação do nível de vida das massas; (...) quando cada reivindicação séria do proletariado, e mesmo cada reivindicação progressista da pequena burguesia, levam inevitavelmente para além dos limites da



Leon Trotsky em Coyoacán, no seu exílio no México

propriedade capitalista e do Estado burguês. (...) Na medida em que as velhas reivindicações parciais ‘mínimas’ das massas se chocam com as tendências destrutivas e degradantes do capitalismo decadente (...), a 4ª Internacional avança um sistema de reivindicações transitórias, cujo sentido é se dirigir, cada vez mais aberta e resolutamente, contra as próprias bases do regime burguês.”

Com esse método o Programa aborda temas como: o desemprego e a carestia; o lugar dos sindicatos, comitês de fábrica e soviets; a expropriação de grupos capitalistas e bancos; o controle operário da produção; a aliança de operários e camponeses; a luta contra o imperialismo e a guerra.

As reivindicações transitórias são válidas também para os países dominados pelo imperialismo, combinando as tarefas de libertação nacional com a tomada do poder pela classe operária, e para a União Soviética, onde se trata de ajudar as massas a fazer a revolução política diante da alternativa: “ou a burocracia, tornando-se cada vez mais o órgão da burguesia mundial no Estado operário, derrubará as novas formas de propriedade e lançará o país de volta ao capitalismo, ou a classe operária destruirá a burocracia e abrirá uma saída em direção ao socialismo”.

Para o marxismo o programa é um guia para a ação, não um dogma. Assim, o que foi considerado como “pouco provável” no texto de 1938, tornou-se recorrente após a 2ª Guerra Mundial: que em uma “combinação de circunstâncias excepcionais (guerra, derrota,

quebra financeira, ofensiva revolucionária das massas etc.), os partidos pequeno-burgueses, incluídos aí os stalinistas, possam ir mais longe do que eles mesmos queriam na via da ruptura com a burguesia”. A revolução chinesa (1949) e de outro modo a revolução cubana (1959), deram exemplos dessa possibilidade, ao mesmo tempo que não asseguram a permanência das conquistas obtidas com a expropriação do capital.

Para libertar as massas das velhas direções que fazem obstáculo à revolução, o Programa retoma a essência da política de frente única, ao propor que delas se exija sistematicamente: “Rompam com a burguesia, tomem o poder!”.

A transição na construção do partido

Nos limites deste texto, não cabe explicar as bases políticas da crise de dispersão que atingiu a 4ª Internacional em 1952/53, privada que estava de Trotsky, assassinado por um agente de Stálin em agosto de 1940. Apenas destacar que aqueles que ficaram fiéis ao seu programa de fundação buscaram ligar-se à classe trabalhadora e aplicar o método da transição também na construção da 4ª Internacional e suas seções.

Pierre Lambert, dirigente da seção francesa, cujo centenário de nascimento ocorre neste ano de 2020, jogou papel importante nessa elaboração. Militante da CGT clandestina sob ocupação nazista, depois dirigente da CGT-FO, Lambert buscou convencer seus camaradas da necessidade de criar um quadro flexível que permitisse o trabalho comum com militantes de outras origens em ruptura com o stalinismo e a

social-democracia.

Uma elaboração que avançou através da discussão e da experiência e que pode ser assim resumida: o programa da 4ª Internacional foi confirmado pela história, logo ele é a base para a construção do partido revolucionário. Mas, diante da terrível crise de direção, o programa não pode ser um ultimato dirigido aos que querem combater o imperialismo. Sobre a base do internacionalismo e da independência de classe, é preciso criar, em pé de igualdade com outros militantes, um quadro comum para o combate pelo socialismo.

A luta por partidos operários independentes e a criação de um quadro internacional para o debate e a ação contra o imperialismo, além de corresponder a uma necessidade premente, é também uma transição para a construção da 4ª Internacional e suas seções.

O processo que levou à reproclamação da 4ª Internacional em 1993 foi alimentado por experiências de construção ou defesa de partidos operários independentes em vários países. Em 1991, na Conferência Mundial Aberta de Barcelona, foi criado o Acordo Internacional dos Trabalhadores e Povos (AcIT), expressando essa mesma linha da transição, que hoje se desdobra no Comitê Internacional de Ligação e Intercâmbio, criado na Conferência Mundial contra a Guerra e a Exploração realizada em Argel em 2017.

É assim que, passados 82 anos de sua fundação, e em meio a mais brutal crise do capitalismo, acelerada e desnudada pela pandemia da Covid-19, a 4ª Internacional vive e luta!

Julio Turra

Manifestações e greves na Bielorrússia

Protestos contra o governo prosseguem, imperialismo teme falta de controle



Domingo 6 de setembro: as ruas da capital, Minsk, voltam a ser tomadas pelos manifestantes

diplomacia da UE, e mais tarde o presidente francês, Emmanuel Macron, fizeram ameaças. Ameaças de sanções, ameaças a Putin!

Por seu turno, o presidente em exercício da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), dirigindo-se ao presidente da Bielorrússia, afirmou:

“Podemos desempenhar um papel e ajudar no diálogo. Por favor, deem uma chance a esta oferta”.

Mas esses “altos” funcionários não têm controle algum sobre os eventos. Mal acabaram de liberar 50 milhões de euros de ajuda financeira da UE, Maria Kalesnikava, a última do triunvirato da oposição ainda presente em Minsk, rejeitou-a, declarando: “Não pedimos isso”.

Daí vem o receio expresso no jornal “Le Monde” de 27 de agosto. Listando aqueles que puderam ser instrumentalizados pelo imperialismo contra os restos de propriedade social durante os movimentos na Geórgia ou na Ucrânia (“Mikheil

Saakashvili, na Geórgia, em 2003; Viktor Yushchenko e Iúlia Tymochenko, na Ucrânia, em 2004; ou ainda Nikol Pashinyan, na Armênia, em 2018”), o jornal admite: “O Conselho de Coordenação que surgiu na Bielorrússia afirma ser apolítico. As figuras tradicionais da oposição não estão incluídas nele”. E fala dos “diplomatas estrangeiros, que sempre temem o vazio, seja qual for a sua natureza”.

Busca da representação

Na verdade, o que apavora a todos é o próprio caráter desse movimento, diferente de qualquer outro. O Conselho de Coordenação reúne delegados de fábricas em greve, a ganhadora do Prêmio Nobel de Literatura, o ex-ministro e ex-embaixador Pavel Latushko e delegados de representantes de todas as camadas da população.

“Centenas de pessoas são candidatas a substituir aqueles que seriam presos”, disse Latushko. Assim, mil pessoas fariam parte de um conselho ampliado, entre eles o conselho propriamente dito, cujos membros são escolhidos por sua

representatividade. Sete deles formam uma executiva.

Uma forma de organização que, longe de ser “vazia”, busca os caminhos para uma verdadeira representação das massas em movimento.

Daniel Shapira

REPRESSÃO DO REGIME

O regime deteve ou expulsou do país, até o dia 9, seis dos sete integrantes da executiva do Conselho de Coordenação. Na segunda-feira (7), por exemplo, Maria Kalesnikava foi agarrada à força numa rua de Minsk e colocada dentro de um furgão. Horas depois, o governo bielorrusso anunciou que teria sido detida em local próximo à fronteira com a Ucrânia, quando tentava sair do país. Opositores negam, porém, que ela tivesse a intenção de deixar a Bielorrússia. Afirmam que, ao contrário, Maria era levada para fora do país, contra a sua vontade, e rasgou o próprio passaporte para evitar a entrada na Ucrânia.

Racismo sistêmico eleva tensão nos EUA

Contramanifestantes armados atacam atividades organizadas por militantes negros

Em 23 de agosto, em Kenosha, cidade do estado de Wisconsin, Jacob Blake entrava em seu carro, onde estavam seus três filhos. Um policial tentou detê-lo e atirou nele sete vezes nas costas, à queima-roupa. Levado ao hospital em coma, Blake foi algemado à cama por vários dias. É mais uma expressão do racismo sistêmico nos Estados Unidos.

O primeiro ato espontâneo de protesto ocorreu no mesmo dia. No dia 25, um contramanifestante de 17 anos, armado com rifle de assalto, matou dois manifestantes a tiros. Esse fato é representativo da tensão que cresce nos EUA. Para o movimento negro, coloca a questão de se organizar para proteger os manifestantes dos ataques desses grupos e, também, da polícia.

Na pequena cidade de Rogue River, Oregon, um simples churrasco organizado por ativistas negros levou a uma contramanifestação, à qual compareceram homens armados. Houve a tentativa de se impedir o churrasco e provocações para criar um confronto. Em entrevista concedida ao jornal francês “Informations Ouvrières” (Informações Operárias),

a militante negra Dominique Toyer, integrante da Coalizão do Sul do Oregon pela Igualdade Racial, relatou a situação que enfrentam. Publicamos trechos da entrevista.

Informations Ouvrières: Após o ataque a Jacob Blake e o que ocorreu em Kenosha, os protestos ganharam novo ímpeto?

Dominique Toyer: Sim, e vamos ter novas manifestações. Estamos trabalhando muito nas questões de segurança por causa do que aconteceu em Rogue River. Muitas pessoas no sul do Oregon estão cantando louvores ao adolescente terrorista que atirou em manifestantes em outro estado. Ele era um garoto, tinha uma arma e não tinha nenhuma consideração pela vida humana. Muitas pessoas no sul do Oregon têm esse tipo de ódio. Estamos em minoria e sabemos disso. Mas explicamos que esse posicionamento irá causar novas mortes.

IO: Quais são os próximos eventos que a Coalizão organizará?

DT: Teremos um evento no dia 3 de outubro, uma festa negra, onde vamos expressar os sentimentos que nos provocam a presença permanente de ameaças, mortes,

assassinatos de pessoas inocentes, porque nós, afro-americanos, não tivemos a oportunidade de nos curar dos traumas que sofremos. Organizaremos círculos nesse encontro, para permitir que as mulheres negras se encontrem, porque existe interseccionalidade, existe a luta que levamos por sermos afro-americanos e a luta relacionada ao gênero. Faremos o mesmo pelos homens, pelos transexuais.

IO: Em vários protestos Black Lives Matter (Vidas Negras Importam), participantes foram armados para proteger os manifestantes, com referências ao Partido dos Panteras Negras dos anos 1960.

DT: Assim que você disser que é a favor do Black Lives Matter, você receberá o rótulo de terrorista. Eles nos acusam de querer saquear, roubar. Referem-se à violência ocorrida durante as rebeliões dos anos 1960, devido à brutalidade policial,



Tentativa de assassinato de Jacob Blake pela polícia reacende protestos

assassinatos de pessoas de cor, de baixa renda e ao racismo sistêmico geral que cria guetos. Eles dão aos afro-americanos e a qualquer coisa associada aos negros o rótulo de terrorista, ou tudo o que possa nos desumanizar. E fizeram o mesmo com o doutor King (Martin Luther King), da forma como o retrataram na mídia: ele era o homem mais odiado, quando estava apenas fazendo protestos pacíficos e defendendo direitos civis. Ele foi assassinado por isso. O sistema em sua totalidade é muito injusto, muito opressor (...).

Aonde vai o processo na Venezuela?

Bloqueio, regressão, pandemia, busca de acordos e eleições



Em junho, os petroleiros se manifestaram em todo o país em defesa dos salários e direitos

As notícias que nos chegam de acompanhados da Coordenação Autônoma e Independente de Trabalhadores (CAIT) dão um sinal de alerta: a partir do governo de Nicolás Maduro e do PSUV, gradualmente estão sendo desmantelados os pilares do processo "bolivariano" iniciado por Hugo Chávez.

Esse processo regressivo se dá nas dramáticas condições impostas pelo bloqueio do imperialismo dos EUA ao país, que hoje são agravadas pela crise geral do sistema capitalista e a pandemia. A luta pelo fim do bloqueio e das sanções à Venezuela é central e incondicional: trata-se da defesa da soberania nacional.

Mas, em 31 de agosto, Maduro indultou 110 presos, a maioria deputados e líderes da oposição pró-imperialista acusados de conspiração, acenando para uma "reconciliação nacional". Como explicar isso em relação às eleições para a Assembleia Nacional do próximo 6 de dezembro?

Programa econômico destruiu os salários

Em 2014, em seu primeiro mandato, Maduro adotou o "regime especial de investimentos" que

abriu espaço para as multinacionais na Faixa do Orinoco (petróleo e metais). Em 2016, o seu governo promoveu uma desvalorização brutal do bolívar (moeda nacional), ao mesmo tempo que devolveu empresas a seus antigos donos, liberou preços e entregou recursos públicos ao setor privado. Tudo em nome de "sobreviver ao bloqueio de Trump", o que não impediu o colapso da economia.

Já em 2018, após a sua reeleição contestada por Trump e outros, foi lançado o Programa de Recuperação e Prosperidade Econômica (PRPE), acentuando a abertura ao setor privado e acompanhada por uma política salarial regressiva.

O ministro da planificação, Ricardo Meléndez, impôs tabelas salariais por cima das convenções coletivas, dizendo que o aumento do salário mínimo naquele ano para 1.800 bs (30 dólares) era tão "integral" que dispensava os direitos inscritos na Lei Orgânica do Trabalho (LOTT). A hiperinflação comeu aquele aumento em poucos dias e hoje o salário mínimo alcança 800 mil bs (2,5 dólares).

A destruição dos salários empobreceu a níveis jamais vistos a classe trabalhadora, enquanto altos

funcionários, gerentes de empresas públicas – muitos deles militares – bem como os empresários privados, chamados de "burguesia revolucionária" por autoridades do governo, tiveram sua renda aumentada, ampliando a desigualdade social.

Daí as mobilizações e greves que se multiplicavam contra a política salarial do governo quando chegou ao país a Covid-19. Muitas delas foram reprimidas e outras criminalizadas com lideranças perseguidas, demitidas e presas. Neste ano, em meio à quarentena, houve protestos de petroleiros e de outros setores em defesa dos salários e da LOTT. Um movimento que se choca com a cúpula da CSTB (central sindical bolivariana), cooptada pelo governo.

O momento pré-eleitoral

Em 18 de agosto, Maduro anunciou que a Assembleia Constituinte seria encerrada em dezembro, após as eleições para a Assembleia Nacional. Apesar das expectativas que criou na base popular do chavismo, a Constituinte serviu apenas para o Executivo passar suas propostas, diante de um parlamento, eleito em 2015 com maioria opositora,

que apoiava o "autoproclamado" Guaidó, marionete de Trump.

De olho numa eventual vitória de Biden nas eleições dos EUA (novembro), Maduro adotou um discurso de "reconciliação nacional" dirigido a setores da oposição, tendo obtido um eco favorável de Capriles, oponente de Chávez em 2012. Com Guaidó desmoralizado, a oposição está dividida entre boicotar ou participar das eleições.

Entretanto, o Partido Comunista (PCV), o PPT e outras formações políticas que participaram junto com o PSUV do Pólo Patriótico em eleições anteriores, lançaram a Alternativa Popular Revolucionária condenando a política atual de Maduro como contrária à herança de Chávez, defendendo os salários e denunciando as privatizações e a repressão ao movimento sindical e popular.

O CAIT prepara uma plataforma para intervir nesse processo eleitoral, dirigindo-se aos candidatos que se reivindicam da classe trabalhadora. Voltaremos ao assunto em próximas edições.

Lauro Fagundes

TENSÃO EM BUENOS AIRES

Em 9 de setembro, policiais da província de Buenos Aires, em greve e armados, cercaram a residência presidencial de Olivos, onde o presidente argentino, Alberto Fernández, recebia o governador da província, Axel Kicilof. Na manhã do mesmo dia 9, uma bomba Molotov foi lançada de um carro contra o muro de Olivos.

Dispersados pela polícia federal, depois de terem recusado o convite feito por Fernández de receber uma comissão para dialogar, os policiais saíram do local.

Organizações sindicais, como a CGT e as CTAs, reagiram em defesa da democracia em duras notas e até uma marcha a Olivos foi convocada por movimentos populares para defender o presidente, sendo suspensa a pedido de Fernández. Deputados da oposição e o prefeito da capital federal, Larreta (do partido de Macri), também condenaram o cerco de policiais à residência presidencial.

Muito se especula sobre essa ação dos policiais da província, dado precedentes como o da Bolívia (golpe contra Evo), pois já havia sinal de resposta à sua reivindicação salarial por parte do governador. A acompanhar...

Haiti urgente: apelo à solidariedade

Perseguição antissindical nas fábricas e massacres em bairros populares

A situação no Haiti se agravou drasticamente. Nos últimos dias de agosto bandos armados levaram o pânico ao bairro operário de Bel-Air. Incendiaram casas, efetuaram bloqueios, atiraram a esmo ferindo um número ainda indeterminado de pessoas.

No mesmo período foi assassinado o presidente da ordem dos advogados local, Monferrier Dorval, conhecido crítico do regime de Jovenel

Moise.

Também ocorreu, no dia 5 de setembro, a demissão sumária de nove trabalhadores que constituíram um comitê de base de representação sindical ligado à CNOHA (Central Nacional dos Operários Haitianos).

Diante desses novos ataques, sindicalistas e militantes haitianos renovaram o apelo internacional à solidariedade originalmente lançado em 17 de julho.

Eles lembram que "vossas numerosas mensagens de protesto e a mobilização dos trabalhadores com seus sindicatos e o apoio das organizações populares sacudiram os patrões, o Ministério dos Assuntos Sociais e do Trabalho, organismos sociais...".

Também denunciam que os bandos armados estão a serviço do regime e acrescentam que "desde 31 de agosto recomeçaram os massacres

nos bairros populares, obrigando os habitantes a fugir de suas casas abandonando tudo.

Essa degradação da situação nos leva a renovar nosso pedido anterior acrescido da exigência para que cessem os massacres".

No Brasil, para serem redirecionadas aos destinatários informados pelos companheiros haitianos, as mensagens devem ser encaminhadas ao endereço: julioturra@cut.org.br